

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
4 - NIRE 35300142306		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA TO MIRACEMA, KM 23 S/N		2 - BAIRRO OU DISTRITO MIRACEMA DO TO		
3 - CEP 77650-000	4 - MUNICÍPIO MIRACEMA DO TO		5 - UF TO	
6 - DDD 63	7 - TELEFONE 3221-2334	8 - TELEFONE 3311-3300	9 - TELEFONE 3311-3407	10 - TELEX
11 - DDD 63	12 - FAX 3311-3406	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL ri@enbr.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME LUIS OTAVIO ASSIS HENRIQUES				
2 - ENDEREÇO COMPLETO RUA BANDEIRA PAULISTA, 530 14º ANDAR			3 - BAIRRO OU DISTRITO ITAIM BIBI	
4 - CEP 04532-001	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO		6 - UF SP	
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 2185-5916	9 - TELEFONE 2185-5921	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 011	13 - FAX 2185-5920	14 - FAX -	15 - FAX -	
16 - E-MAIL ri@enbr.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	2	01/04/2010	30/06/2010	1	01/01/2010	31/03/2010
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG AUDITORES INDEPENDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00418-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO JOSE LUIS RIBEIRO DE CARVALHO					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.769.948-32		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2010	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	402.202	402.202	402.202
2 - Preferenciais	384.204	384.204	384.204
3 - Total	786.406	786.406	786.406
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	07/04/2010	Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,0640780000
02	AGO	07/04/2010	Juros Sobre Capital Próprio		PNA	0,0640780000
03	AGO	07/04/2010	Juros Sobre Capital Próprio		PNB	0,0366910000
04	AGO	07/04/2010	Juros Sobre Capital Próprio		PNC	0,0640780000
05	AGO	07/04/2010	Juros Sobre Capital Próprio		PNR	0,0122300000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 02/03/2011	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
1	Ativo Total	1.450.524	1.436.778
1.01	Ativo Circulante	65.977	47.395
1.01.01	Disponibilidades	38.038	24.989
1.01.02	Créditos	10.878	5.196
1.01.02.01	Clientes	482	497
1.01.02.01.01	Concessionárias	482	497
1.01.02.02	Créditos Diversos	10.396	4.699
1.01.02.02.01	Impostos e Contribuições sociais	10.396	4.699
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	17.061	17.210
1.01.04.01	Rendas a receber	16.989	16.989
1.01.04.02	Cauções e Depósitos Vinculados	0	0
1.01.04.03	Despesas pagas antecipadamente	0	160
1.01.04.04	Outros Créditos	72	61
1.02	Ativo Não Circulante	1.384.547	1.389.383
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.972	4.598
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	4.972	4.598
1.02.01.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	460	451
1.02.01.03.02	Despesas pagas antecipadamente	0	0
1.02.01.03.03	Impostos e contr.sociais diferidos	4.512	4.147
1.02.02	Ativo Permanente	1.379.575	1.384.785
1.02.02.01	Investimentos	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	1.351.952	1.356.952
1.02.02.03	Intangível	27.623	27.833
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
2	Passivo Total	1.450.524	1.436.778
2.01	Passivo Circulante	159.087	143.278
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	54.242	55.070
2.01.02	Debêntures	40.631	36.848
2.01.03	Fornecedores	901	2.244
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	18.637	10.693
2.01.04.01	Impostos e Contribuições sociais	18.637	10.693
2.01.05	Dividendos a Pagar	34.027	29.307
2.01.06	Provisões	6.672	3.932
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	3.977	5.184
2.01.08.01	Encargos de dívidas	0	0
2.01.08.02	Obrigações estimadas com pessoal	880	1.001
2.01.08.03	Encargos regulamentares e setoriais	120	134
2.01.08.04	Outras contas a pagar	210	209
2.01.08.05	Uso do bem publico	2.767	3.840
2.02	Passivo Não Circulante	277.417	294.223
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	277.417	294.223
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	153.263	170.005
2.02.01.02	Debêntures	32.332	32.325
2.02.01.03	Provisões	11.972	13.953
2.02.01.03.01	Provisões	11.972	13.953
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	45.451	44.302
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	34.399	33.638
2.02.01.06.01	Encargos regulamentares e setoriais	10	9
2.02.01.06.02	Uso do bem publico	34.389	33.629
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.014.020	999.277
2.05.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.05.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.05.02.01	Agio na emissão de ações	14.473	14.473
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	106.019	106.019
2.05.04.01	Legal	11.450	11.450
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/03/2010
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	94.569	94.569
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	89.069	74.326
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01858-9	INVESTCO S/A	00.644.907/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	52.367	104.698	53.848	107.785
3.02	Deduções da Receita Bruta	(4.856)	(9.709)	(4.993)	(10.016)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	47.511	94.989	48.855	97.769
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(11.312)	(22.352)	(10.250)	(21.178)
3.05	Resultado Bruto	36.199	72.637	38.605	76.591
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(13.675)	(26.119)	(6.466)	(20.873)
3.06.01	Com Vendas	(22)	(54)	(14)	(47)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(3.644)	(6.561)	(4.190)	(7.289)
3.06.03	Financeiras	(9.491)	(18.840)	(2.130)	(13.873)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	437	512	675	1.006
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(9.928)	(19.352)	(2.805)	(14.879)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(518)	(664)	(132)	336
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	22.524	46.518	32.139	55.718
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	22.524	46.518	32.139	55.718
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(7.781)	(15.571)	(10.961)	(18.885)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	14.743	30.947	21.178	36.833

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01858-9	INVESTCO S/A	00.644.907/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	786.406	786.406	786.406	786.406
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,01875	0,03935	0,02693	0,04684
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	32.424	67.731	38.801	68.019
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	31.854	64.202	33.503	66.955
4.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	14.743	30.947	21.178	36.833
4.01.01.02	Cauções e Depósitos vinculados	0	0	(13)	(28)
4.01.01.03	Depreciações e Amortizações	9.073	18.121	8.954	17.909
4.01.01.04	Valor residual de bens e direitos	7	7	0	0
4.01.01.05	Empréstimos e Financiamentos	7.596	10.524	1.791	8.819
4.01.01.06	Encargos regulamentares e setoriais	14	27	14	29
4.01.01.07	Provisões	1.193	735	(3.649)	(318)
4.01.01.08	Imposto renda e contrib.soc.diferidos	(365)	(473)	1.642	79
4.01.01.09	Outras	0	4.721	21	67
4.01.01.10	Licenças ambientais	817	817	(8)	(8)
4.01.01.11	Uso do bem publico	(1.224)	(1.224)	3.573	3.573
4.01.01.12	Ajuste a valor presente	0	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	570	3.529	5.298	1.064
4.01.02.01	Concessionárias e Rendas a Receber	15	13.677	2.069	4.881
4.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compens	(5.697)	13.575	(6.460)	14.410
4.01.02.03	Cauções e Depósitos vinculados	(9)	502	(76)	(76)
4.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	160	318	302	(595)
4.01.02.05	Outros créditos	(156)	(149)	53	85
4.01.02.06	Fornecedores	(1.343)	(2.369)	172	(19)
4.01.02.07	Impostos e contribuições sociais corrent	7.943	(21.877)	9.019	(17.749)
4.01.02.08	Obrigações estimadas	0	0	175	175
4.01.02.09	Outras obrigações	(343)	(148)	44	(48)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(3.870)	(4.720)	(453)	(1.796)
4.02.01	Adições ao Imobilizado Tangível e Intang	(3.870)	(4.720)	(453)	(1.796)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2010 a 30/06/2010	4 -01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(15.505)	(31.125)	(19.994)	(32.968)
4.03.01	Aumento de capital social	0	0	0	6.977
4.03.02	Dividendos pagos	1	(10)	(321)	(521)
4.03.03	Empréstimos, Financiamentos e encargos	(16.655)	(33.346)	(19.673)	(39.424)
4.03.04	Partes relacionadas	1.149	2.231	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	13.049	31.886	18.354	33.255
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	24.989	6.152	22.995	8.094
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.038	38.038	41.349	41.349

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	804.459	14.473	0	106.019	74.326	0	999.277
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	804.459	14.473	0	106.019	74.326	0	999.277
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	14.743	0	14.743
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	804.459	14.473	0	106.019	89.069	0	1.014.020

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	804.459	14.473	0	106.019	0	0	924.951
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	804.459	14.473	0	106.019	0	0	924.951
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	89.069	0	89.069
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	804.459	14.473	0	106.019	89.069	0	1.014.020

01858-9

INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2010(*)

A COMPANHIA

A **Investco S.A.** tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“**UHE Lajeado**”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	Saldos		
		jun/10	mar/10	Var. %
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.450.524	1.436.778	1,0%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.014.020	999.277	1,5%
Dívida líquida (1)	R\$ mil	242.430	269.259	-10,0%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,24	0,27	-11,3%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	1,31	1,45	-9,2%

Resultados		Janeiro a Junho		
		2010	2009	Var. %
Receita Líquida	R\$ mil	94.989	97.769	-2,8%
Gastos gerenciáveis	R\$ mil	(10.761)	(9.484)	13,5%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(749)	(786)	-4,7%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	65.358	69.591	-6,1%
EBITDA (2)	R\$ mil	83.479	87.499	-4,6%
Resultado financeiro	R\$ mil	(18.840)	(13.873)	35,8%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	46.517	55.717	-16,5%
Lucro líquido	R\$ mil	30.947	36.833	-16,0%
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	87,88%	89,50%	-1,8%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	32,58%	37,67%	-13,5%

01858-9

INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

(*) As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Investco S.A. opera e mantém a UHE Lajeado, que no primeiro semestre de 2010 gerou 2.497 GWh, valor aproximado do registrado no mesmo período do ano passado, de 2.830 GWh.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Demonstração do resultado do exercício	jun/10	jun/09	var. %
Receita operacional bruta	104.698	107.785	-2,9%
(-) Deduções à receita operacional	(9.709)	(10.016)	-3,1%
(=) Receita operacional líquida	94.989	97.769	-2,8%
Gastos não gerenciáveis	(749)	(786)	-4,7%
Energia elétrica comprada para revenda	(23)	(11)	71,4%
Encargos de uso da rede elétrica	(607)	(637)	-4,7%
Outros gastos não gerenciáveis	(119)	(138)	-13,4%
Margem bruta	94.240	96.983	-2,8%
Gastos gerenciáveis	(10.761)	(9.484)	13,5%
Pessoal	(4.749)	(4.118)	15,3%
Materiais e serviços de terceiros	(4.514)	(4.256)	6,1%
Arrendamentos e aluguéis	(178)	(368)	-51,6%
Provisões e contingências	(545)	474	-215,0%
Outros gastos gerenciáveis	(775)	(1.216)	-36,3%
EBITDA	83.479	87.499	-4,6%
Depreciação e amortização	(18.121)	(17.909)	1,2%

01858-9 INVESTCO S/A 00.644.907/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Resultado financeiro	(18.840)	(13.873)	35,8%
Imposto de renda e contribuição social	(15.571)	(18.885)	-17,5%
Lucro líquido	30.946	36.832	-16,0%
		(4.020)	

A **receita operacional líquida**, composta, de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 94,9 milhões no semestre findo em 31 de junho de 2010 apresentando um decréscimo de 2,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O decréscimo verificado de R\$ 2,7 milhões é proveniente principalmente da aplicação do CA (Coeficiente de Ajuste) existente no cálculo do valor de arrendamento, conforme contrato de arrendamento.

Os **gastos não gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição, principalmente) totalizaram R\$ 749 mil no semestre findo em 31 de junho de 2010, inferiores em 4,7 % aos R\$ 786 mil verificados no mesmo período do ano anterior, em virtude, principalmente da atualização dos encargos de uso da rede elétrica e da taxa de fiscalização.

Os **gastos gerenciáveis**, que compreendem os gastos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, provisões para contingências e outras despesas, aumentaram no semestre findo em 31 de junho de 2010 em R\$1,2 milhões, correspondente a um acréscimo de 13,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente a reversão de provisão das contingências trabalhistas e fiscais ocorrida em 2009, no montante de R\$ 532,8, que não ocorreu em 2010.

O **EBITDA** do período findo em 31 de junho de 2010 foi de R\$ 4,0 milhões, 4,6% inferior ao mesmo período do ano anterior, em virtude dos pontos acima comentados na receita operacional líquida e gastos gerenciáveis e não gerenciáveis.

O **Resultado Financeiro** do período findo em 31 de junho de 2010, de R\$ 18,8 milhões negativos, apresentou uma variação de R\$ 4,9 milhões em relação ao ano anterior, em virtude principalmente da variação monetária dos empréstimos, atualização financeira do mútuo existente entre a Lajeado Energia e EDP Brasil, e o reconhecimento dos CPC's através das rubricas de AVP (Ajuste ao Valor Presente) e atualizações monetárias.

01858-9

INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

No semestre findo em 31 de junho de 2010 a Investco apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 30,9 milhões, inferior em 16,0% ao registrado no mesmo período do ano anterior.

ENDIVIDAMENTO

Endividamento	jun/10	mar/10	var.%
Dívida bruta	280.468	294.248	-4,68%
(-) Disponibilidades	(38.038)	(24.989)	52,22%
(=) Dívida líquida	242.430	269.259	-9,96%

Em 31 de junho de 2010, a Investco apresentou um endividamento bancário líquido de R\$ 242,4 milhões, representando uma redução de 9,96% em relação ao apresentado em março de 2010, em função das amortizações, principalmente do BNDES.

A dívida em 31 de junho de 2010 era composta por R\$73 milhões de debêntures e R\$127 milhões em demais financiamentos (divididos entre BNDES, Banco da Amazônia dentre outros), sendo que em junho de 2010 R\$80 milhões e em março de 2010 R\$84 milhões correspondem a ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC39.

Em 31 de junho de 2010, a dívida líquida representou 1,31 vezes o EBITDA acumulado nos últimos doze meses (1,45 vezes em março de 2010).

INVESTIMENTOS

Os investimentos no semestre findo em 31 de junho de 2010 foram de R\$ 4,7 milhões, sendo que a maioria refere-se a investimento em meio ambiente, enquanto em 2009, os investimentos estavam mais direcionados a aquisição de máquinas, como transformadores e inversores, dentre outros. Além disso, com a adoção do CPC25, no primeiro trimestre houve uma adição de R\$15 milhões de reais referente às provisões de licenças ambientais.

01858-9

INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Investimentos	jun/10	jun/09	variação
Terrenos	340	(108)	-415,4%
Meio Ambiente	3.533	796	113,7%
Máquinas e equipamentos	735	823	-10,8%
Software	18	286	-93,7%
Outros	95		0,0%
	4.720	1.797	162,7%

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), Companhia de capital aberto, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão do Uso do Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Contrato de Concessão), pelo prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80% da concessão, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27% da concessão, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% da concessão e a Companhia titular de 1% da concessão. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Companhia, são as concessionárias da UHE Lajeado.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, a Companhia tem duas fontes de receitas: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação deles no Contrato de Concessão.

2 Práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As informações trimestrais da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 28 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão sendo reapresentadas em atendimento a Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009 e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Informações trimestrais de 2009

As informações trimestrais da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As informações trimestrais da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

2.3 Balanço patrimonial do último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

Em atendimento ao disposto no CPC 21 a Companhia apresenta a seguir o balanço patrimonial do último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, e os detalhamentos sobre o mesmo estão contidos no formulário de ITR do primeiro trimestre que está sendo rerepresentado nesta mesma data.

1 - Código	2 - Descrição	31/12/2009
1	Ativo Total	1.444.131
1.01	Ativo Circulante	61.891
1.01.01	Disponibilidades	6.152
1.01.02	Créditos	24.491
1.01.02.01	Clientes	520
1.01.02.01.01	Consumidores e Concessionárias	520
1.01.02.02	Créditos Diversos	23.971
1.01.02.02.01	Impostos e Contribuições Sociais	23.971
1.01.04	Outros	31.248
1.01.04.01	Rendas a Receber	30.628
1.01.04.02	Cauções e Depósitos Vinculados	559
1.01.04.03	Despesas Pagas Antecipadamente	18
1.01.04.04	Outros Créditos	43
1.02	Ativo Não Circulante	1.382.240
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.742
1.02.01.03	Outros	4.742
1.02.01.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	403
1.02.01.03.02	Despesas Pagas Antecipadamente	300
1.02.01.03.03	Impostos e Contrib. Sociais Diferidos	4.039
1.02.02	Ativo Permanente	1.377.498
1.02.02.02	Imobilizado	1.349.473
1.02.02.03	Intangível	28.025

1 - Código	2 - Descrição	31/12/2009
2	Passivo Total	1.444.131
2.01	Passivo Circulante	166.790
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	55.268
2.01.02	Debêntures	33.309
2.01.03	Fornecedores	3.270
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	40.515
2.01.04.01	Impostos e Contribuições Sociais	40.515
2.01.05	Dividendos a Pagar	29.318
2.01.08	Outros	5.110
2.01.08.02	Obrigações Estimadas com Pessoal	758
2.01.08.03	Encargos Regulamentares e Setoriais	133
2.01.08.04	Outras Contas a Pagar	223
2.01.08.05	Uso do Bem Público	3.996
2.02	Passivo Não Circulante	294.268
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	294.268
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	182.395
2.02.01.02	Debêntures	32.317
2.02.01.03	Provisões	1.947
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	43.220
2.02.01.06	Outros	34.389
2.02.01.06.02	Uso do Bem Público	34.389
2.05	Patrimônio líquido	983.073
2.05.01	Capital Social Realizado	804.459
2.05.02	Reserva de Capital	14.473
2.05.02.01	Ágio na emissão de ações	14.473
2.05.04	Reserva de Lucros	106.019
2.05.04.01	Legal	11.450
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	94.569
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	58.122

2.4 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 5)

Refere-se a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Rendas a receber (Nota 6)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

d) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e a mesma indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

A Companhia optou por não valorizar o seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27, eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar custos, tais como custos administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

e) Ativo intangível (Nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização;
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04;
- Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças Ambientais (Notas 11 e 19)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

g) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

j) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 14 e 15)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

k) Provisões (Nota 19)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7, 8 e 26)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as informações trimestrais, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

n) Uso do Bem Público (Nota 17)

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, reconhecido inicialmente ao valor presente e posteriormente mantido ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita do projeto.

o) Dividendos (Nota 22)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de hedge, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

q) Estimativas contábeis

Na elaboração das informações trimestrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às informações trimestrais referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (impairment); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais.

r) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado ou taxa de juros efetiva.

s) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

t) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

3 Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009

3.1 Reconciliação do balanço patrimonial em 31 de março de 2010

	Anteriorment e publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	24.989		24.989
Concessionárias	497		497
Rendas a receber	16.989		16.989
Impostos e contribuições sociais	4.699		4.699
Despesas pagas antecipadamente	160		160
Outros créditos	115	(54)	61
	<u>47.449</u>	<u>(54)</u>	<u>47.395</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.147	4.147
Depósitos vinculados	451		451
	<u>451</u>	<u>4.147</u>	<u>4.598</u>
Imobilizado	1.341.189	15.763	1.356.952
Intangível	13.094	14.739	27.833
	<u>1.354.283</u>	<u>30.501</u>	<u>1.384.785</u>
Total do ativo	<u>1.402.183</u>	<u>34.594</u>	<u>1.436.778</u>

	Anteriorment e publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	2.244		2.244
Impostos e contribuições sociais	11.128	(435)	10.693
Dividendos	34.027	(4.720)	29.307
Debêntures	36.482	366	36.848
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	55.070		55.070
Obrigações estimadas com pessoal	1.055	(54)	1.001
Encargos regulamentares e setoriais	450	(316)	134
Uso do bem público		3.840	3.840
Provisões		3.932	3.932
Outras contas a pagar	209		209
	<u>140.665</u>	<u>2.612</u>	<u>143.278</u>
Não circulante			
Debêntures	31.755	570	32.325
Empréstimos e financiamentos	85.776	84.229	170.005
Partes relacionadas	44.302		44.302
Encargos regulamentares e setoriais	9		9
Uso do bem público		33.629	33.629
Provisões	1.372	12.581	13.953
	<u>163.214</u>	<u>131.008</u>	<u>294.223</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	961.794	(157.335)	804.459
Reservas de capital	14.473		14.473
Reservas de lucros	106.019		106.019
Lucros acumulados	16.018	58.308	74.326
	<u>1.098.304</u>	<u>(99.027)</u>	<u>999.277</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.402.183</u>	<u>34.594</u>	<u>1.436.778</u>

3.2 Reconciliação do Balanço patrimonial em 30 de junho de 2010

	Anteriorment e publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	38.038		38.038
Concessionárias	482		482
Impostos e contribuições sociais	10.396		10.396
Rendas a Receber	16.989		16.989
Outros créditos	271	(199)	72
	<u>66.176</u>	<u>(199)</u>	<u>65.977</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.512	4.512
Depósitos vinculados	460		460
	<u>460</u>	<u>4.512</u>	<u>4.972</u>
Imobilizado			
	1.336.270	15.682	1.351.952
Intangível			
	13.046	14.577	27.623
	<u>1.349.316</u>	<u>30.258</u>	<u>1.379.575</u>
Total do ativo	<u>1.415.952</u>	<u>34.571</u>	<u>1.450.524</u>
	Anteriorment e publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	901		901
Impostos e contribuições sociais	19.045	(408)	18.637
Dividendos	34.027		34.027
Debêntures	40.258	373	40.631
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	54.242		54.242
Obrigações estimadas com pessoal	1.078	(198)	880
Encargos regulamentares e setoriais	436	(316)	120
Uso do bem público		2.767	2.767
Provisões		6.672	6.672
Outras contas a pagar	210		210
	<u>150.197</u>	<u>8.889</u>	<u>159.087</u>
Não circulante			
Debêntures	31.847	485	32.332
Empréstimos e financiamentos	73.078	80.185	153.263
Partes relacionadas	45.451		45.451
Encargos regulamentares e setoriais	10		10
Uso do bem público		34.389	34.389
Provisões	1.664	10.308	11.972
	<u>152.050</u>	<u>125.368</u>	<u>277.417</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	961.794	(157.335)	804.459
Reservas de capital	14.473		14.473
Reservas de lucros	106.019		106.019
Lucros acumulados	31.419	57.650	89.069
	<u>1.113.705</u>	<u>(99.685)</u>	<u>1.014.020</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.415.952</u>	<u>34.572</u>	<u>1.450.524</u>

3.3 Reconciliação da Demonstração do resultado em 30 de junho de 2010

	Anteriorment e publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Receita operacional líquida	<u>94.989</u>	<u>-</u>	<u>94.989</u>
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(21)		(21)
Encargos de uso do sistema de transmissão	<u>(609)</u>		<u>(609)</u>
	<u>(630)</u>	<u>-</u>	<u>(630)</u>
Custo de operação			
Pessoal	(2.366)		(2.366)
Materiais e serviços de terceiros	(1.379)		(1.379)
Depreciações e amortizações	(17.460)	(460)	(17.920)
Outros custos de operação	<u>(57)</u>		<u>(57)</u>
	<u>(21.262)</u>	<u>(460)</u>	<u>(21.722)</u>
	<u>(21.892)</u>	<u>(460)</u>	<u>(22.352)</u>
Lucro bruto	<u>73.097</u>	<u>(460)</u>	<u>72.637</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(54)		(54)
Despesas gerais e administrativas	(6.360)		(6.360)
Depreciações e amortizações	(201)		(201)
Outras despesas operacionais	<u>(1.339)</u>	<u>676</u>	<u>(664)</u>
	<u>(7.954)</u>	<u>676</u>	<u>(7.279)</u>
Resultado do serviço	<u>65.143</u>	<u>216</u>	<u>65.358</u>
Receitas financeiras	512		512
Despesas financeiras	<u>(17.900)</u>	<u>(1.452)</u>	<u>(19.352)</u>
Resultado financeiro	<u>(17.388)</u>	<u>(1.452)</u>	<u>(18.840)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>47.755</u>	<u>(1.236)</u>	<u>46.518</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(16.336)</u>	<u>292</u>	<u>(16.044)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		473	473
	<u>(16.336)</u>	<u>765</u>	<u>(15.571)</u>
Lucro líquido do período	<u>31.419</u>	<u>(472)</u>	<u>30.947</u>

3.4 Reconciliação da Demonstração do resultado em 30 de junho de 2009

	Anteriorment e publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
			<i>Ajustado</i>
Receita operacional líquida	97.769	-	97.769
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(11)		(11)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(637)		(637)
	(648)	-	(648)
Custo de operação			
Pessoal	(2.038)		(2.038)
Materiais e serviços de terceiros	(759)		(759)
Depreciações e amortizações	(17.407)	(331)	(17.738)
Outros custos de operação	5		5
	(20.199)	(331)	(20.530)
	(20.847)	(331)	(21.178)
Lucro bruto	76.922	(331)	76.591
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(47)		(47)
Despesas gerais e administrativas	(7.050)	(68)	(7.118)
Depreciações e amortizações	(171)		(171)
Outras despesas operacionais	(340)	676	336
	(7.608)	607	(7.000)
Resultado do serviço	69.314	277	69.591
Receitas financeiras	1.006		1.006
Despesas financeiras	(14.902)	23	(14.879)
Resultado financeiro	(13.896)	23	(13.873)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	55.418	299	55.718
Imposto de renda e contribuição social correntes	(18.829)	23	(18.806)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(79)	(79)
	(18.829)	(56)	(18.885)
Lucro líquido do período	36.589	243	36.832

Descrição dos principais ajustes que afetaram as informações trimestrais da Companhia:

Ativo

Circulante e Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Outros créditos: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Imobilizado: ajustes referentes a: (i) reconhecimento das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; e (ii) baixa das despesas administrativas capitalizadas devido a aplicação do CPC 27.

Intangível: ajustes referentes ao reconhecimento de um direito de concessão por conta dos contratos de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Passivo

Circulante e Não circulante

Dividendos: reclassificação para o patrimônio líquido da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Debêntures: o método de amortização dos custos antecipados era considerado de forma linear, após a adoção do CPC 08, a amortização desses custos passaram a acompanhar a curva de amortização da captação a qual se referem.

Imposto de renda e contribuição social correntes: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: ajustes referentes a: (i) reclassificação das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas de emissão da Companhia, por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim de passivo financeiro devido à aplicação do CPC 39; e (ii) reconhecimento da remuneração e ajuste a valor presente referente ao reconhecimento das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas como passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39.

Uso do bem público: reconhecimento das obrigações relacionadas aos contratos de concessão do uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25.

Patrimônio líquido

Capital Social: reclassificação das ações preferências resgatáveis e cumulativas de emissão da Companhia por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39.

Lucros Acumulados: Os ajustes efetuados referem-se principalmente a: (i) constituição da remuneração de longo prazo das ações preferências resgatáveis e cumulativas de emissão Investco S.A. por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido à aplicação do CPC 39; (ii) efeito da atualização financeira da provisão referente à UBP (uso do bem público) e amortização do ativo intangível relativo associado, em virtude da aplicação do CPC 25; e (iii) reconhecimento de imposto de renda diferido ativo e passivo em contra partida dos ajustes descritos.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos das empresas de geração de energia devido a aplicação do CPC 27; (ii) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (iii) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão do uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iv) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (v) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; e (vi) reconhecimento da remuneração e ajuste a valor presente referente ao reconhecimento das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas como passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
Bancos conta movimento	2.763	14.989
Aplicações financeiras - renda fixa	35.275	10.000
Total	<u>38.038</u>	<u>24.989</u>

As aplicações financeiras de curto de prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente a fundos de renda fixa remunerados a taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Concessionárias

	<u>30/06/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
Suprimento	393	393
Energia de curto prazo	36	50
Encargos de uso da rede elétrica	53	54
Total	<u>482</u>	<u>497</u>

Os saldos na data do balanço são compostos por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

6 Rendas a receber

O saldo de R\$16.989 em 30 de junho de 2010 (R\$16.989 em 31 de março de 2010), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Lajeado Energia S.A. frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão. (Nota 21.1)

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 99% do valor da Depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

7 Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	30/06/2010	30/03/2010
	Ajustado	Ajustado
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	10.195	4.533
ICMS	70	69
PIS e COFINS	11	11
Outros	120	86
Total	<u>10.396</u>	<u>4.699</u>
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	15.960	7.812
ICMS sobre diferencial de alíquota	146	20
PIS e COFINS	1.615	2.614
Outros	916	247
Total	<u>18.637</u>	<u>10.693</u>

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

8.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

Natureza dos créditos	30/06/2010			31/03/2010	
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
				Ajustado	Ajustado
Licenças Ambientais - CPC 25	955	239	85	324	138
Uso do Bem Público - CPC 25	22.263	5.566	2.004	7.570	7.621
Instrumentos financeiros - CPC 39	(9.947)	(2.487)	(895)	(3.382)	(3.612)
Total Ativos Diferidos		<u>3.318</u>	<u>1.194</u>	<u>4.512</u>	<u>4.147</u>

Na mutação do Imposto de renda e contribuição social diferido ativo apurou-se um efeito integralmente em contrapartida ao resultado do período.

A projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstra capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 22 os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras e coligadas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 30/06/2010	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no período de 6 meses findo em 30 de junho de	
					30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	30/06/2009
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	1/8/2002	1/8/2002 a 15/12/2032	109,52	103	94			546	725
	Bandeirante	1/8/2005	1/8/2005 a 15/12/2032	109,52	26	22			96	92
					<u>129</u>	<u>116</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>642</u>	<u>817</u>
Rendas a receber										
Arrendamento UHE Lajeado	Lajeado Energia	15/1/1998	15/1/1998 a 15/1/2033		12.402	12.402			67.530	43.211
	CEB Lajeado	15/1/1998	15/1/1998 a 15/1/2033		3.398	3.398			18.502	19.058
	Paulista Lajeado	15/1/1998	15/1/1998 a 15/1/2033		1.189	1.189			6.475	6.670
Arrendamento UHE Lajeado. Os direitos integrais da Companhia foram incorporados pela Lajeado Energia em 2009.	EDP Lajeado	15/1/1998	15/1/1998 a 15/1/2033							26.348
					<u>16.989</u>	<u>16.989</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>92.507</u>	<u>95.287</u>
Partes relacionadas										
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 8/11/2012				4.548	4.430	(161)	
Contratos de mútuo - 100% do CDI	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 8/11/2012				40.903	39.872	(1.751)	
					<u>-</u>	<u>-</u>	<u>45.451</u>	<u>44.302</u>	<u>(1.912)</u>	<u>-</u>
Total					<u>17.118</u>	<u>17.105</u>	<u>45.451</u>	<u>44.302</u>	<u>91.237</u>	<u>96.104</u>

9.1 Garantias e fianças

A Companhia emitiu debêntures em 2002 com fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A e da EDP - Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto a EDP - Energias de Portugal como única garantidora das debêntures (Nota 14).

9.2 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A, e a controladora final é a EDP – Energias do Brasil S.A.

9.3 Remuneração dos administradores

9.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao 1º semestre de 2010;

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa: 100%

9.3.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela da Companhia no 1º semestre de 2010

2010	Conselho de administração	Diretoria Estatutaria	Conselho Fiscal	Total
Numero de membros	6	5	10	21
Remuneração fixa anual (em R\$)	59.817	236.686	67.500	364.003
Salário ou pró - labore	59.817	236.686	67.500	364.003
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós pago	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da remuneração por órgão	59.817	236.686	67.500	364.003

* (n/a) = Não Aplicável

9.3.3 Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa ao 1º semestre de 2010

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutaria	Conselho Fiscal
Número de membros	6	5	10
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	47.502	93.516	13.500
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	12.315	9.500	13.500
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	29.909	47.337	13.500

Obs1.: Dos 6 Conselheiros de Administração da Investco, 2 são remunerados.

Obs2.: Dos 10 Conselheiros fiscais da Investco, 5 são remunerados.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 7 de abril de 2010, a remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração de até R\$200, e da Diretoria de até R\$300, para o período de abril de 2010 a março de 2011.

10 Depósitos vinculados

	Não circulante	
	30/06/2010	31/03/2010
Depósitos judiciais	460	451
Total	460	451

11 **Imobilizado**

	30/06/2010			31/03/2010	
	Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				Ajustado	Ajustado
Imobilizado em serviço					
Geração					
Terrenos		114.518		114.518	114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2	673.636	(104.970)	568.666	572.034
Edificações, obras civis e benfeitorias	4	340.222	(66.297)	273.925	275.874
Máquinas e equipamentos	6	418.929	(95.481)	323.448	326.568
Veículos	20	902	(733)	169	193
Móveis e utensílios	5	1		1	1
		1.548.208	(267.481)	1.280.727	1.289.188
Transmissão					
Máquinas e equipamentos	3	45.766	(9.854)	35.912	36.277
		45.766	(9.854)	35.912	36.277
Administração					
Máquinas e equipamentos	10	1.216	(740)	476	500
Móveis e utensílios	10	499	(233)	266	278
		1.715	(973)	742	778
Total do Imobilizado em serviço		1.595.689	(278.308)	1.317.380	1.326.243
Imobilizado em curso					
Geração					
Depósitos Judiciais		12.435		12.435	18.395
Outros		22.137		22.137	12.314
Total do Imobilizado em curso		34.572	-	34.572	30.709
Total imobilizado tangível		1.630.261	(278.308)	1.351.952	1.356.952

A movimentação do imobilizado no período é a seguinte:

	Valor líquido	Adições	Depreciação	Baixas	Valor líquido
	31/03/2010				30/06/2010
	Ajustado				Ajustado
Imobilizado em serviço					
Terrenos	114.518				114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	572.034		(3.368)		568.666
Edificações, obras civis e benfeitorias	275.874		(1.949)		273.925
Máquinas e equipamentos	363.345		(3.509)		359.836
Veículos	193		(24)		169
Móveis e utensílios	279		(12)		267
Total do imobilizado em serviço	1.326.243	-	(8.862)	-	1.317.381
Total do imobilizado em curso	30.709	3.870		(8)	34.571
Total do imobilizado	1.356.952	3.870	(8.862)	(8)	1.351.952

12 **Intangível**

	30/06/2010			31/03/2010	
	Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				Ajustado	Ajustado
Intangível em serviço					
Geração					
Software	20,00	779	(374)	405	443
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	2,92	20.137	(5.561)	14.577	14.739
		20.916	(5.935)	14.982	15.182
Administração					
Software	20,00	193	(32)	161	171
		193	(32)	161	171
Total do intangível em serviço		21.109	(5.967)	15.143	15.353
Intangível em curso					
Geração					
Administração		12.468		12.468	12.468
		12		12	12
Total do intangível em curso		12.480	-	12.480	12.480
Total imobilizado intangível		33.589	(5.967)	27.623	27.833

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

	Valor líquido 31/03/2010	Amortização	Baixas	Valor líquido 30/06/2010
	Ajustado			Ajustado
Intangível em serviço				
Software	614	(49)	1	566
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	14.739	(162)		14.577
Intangível em curso	12.480			12.480
Total Intangível	27.833	(211)	1	27.623

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado a taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP foi constituído pelo valor justo do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.480, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

13 Fornecedores

	30/06/2010	31/03/2010
Encargos de uso da rede elétrica	142	140
Materiais e serviços	759	2.104
Total	901	2.244

14 Debêntures

Em outubro de 2001, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado.

As condições de repactuação serão comunicadas pela Companhia e deverão ser obrigatoriamente divulgadas na forma de avisos, na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil ou em outros jornais de grande circulação no período de até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, devendo, necessariamente, conter prazos e condições do próximo período de remuneração.

Caso os debenturistas não concordem com as condições acordadas ou não ocorra a publicação conforme contrato, os debenturistas poderão exercer o direito de venda à Companhia, de suas debêntures sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado. A Companhia obriga-se a adquirir as debêntures pelo seu valor unitário atualizado monetariamente, acrescido, quando necessário, da remuneração calculada pro rata temporis definida para o período vencido.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5% a.a., a vigorar no período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

As debêntures possuem fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP - Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas Debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto a EDP - Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.

O contrato apresenta cláusulas prevendo vencimento antecipado nas seguintes hipóteses:

- Não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de vencimento e/ou amortização;
- protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$5.000, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de três dias úteis de sua ocorrência;
- pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- liquidação ou decretação de falência da Emissora, ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- não cumprimento pela Emissora ou pelas Intervenientes de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em trinta dias, contados o aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, com exceção de falta de pagamento de principal, juros e/ou qualquer outro valor devido nos termos da escritura;

- f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de suas controladas de valor superior a R\$5.000;
- g) alteração estatutária da Emissora, bem como reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou seus ativos que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas na escritura;
- h) início de execução de garantia prestada pela Emissora em favor de terceiros, de valor superior a R\$5.000, salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensa ou extinta em até dez dias úteis contados da citação da Emissora;

i) alteração do controle acionário da Emissora, a menos que: (i) mediante autorização de debenturistas representando dois terços das debêntures em circulação, reunidos em Assembleia de debenturistas especialmente convocada pela Emissora para este fim; e (ii) não haja qualquer modificação ou alteração das obrigações das Intervinentes, nos termos da cláusula VII - Fiança. Em caso de aprovação pelos debenturistas, a Emissora deverá resgatar no prazo de dez dias úteis contados da data da Assembleia de debenturistas, as debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a alteração do controle acionário da Emissora, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada pro rata temporis. Para efeito do disposto neste subitem, uma "Alteração do Controle Acionário", ocorrerá caso as Intervinentes, individual ou conjuntamente, deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 51% do capital votante da Emissora; e

j) o contrato de concessão da Emissora seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou perca sua eficácia e validade, exceto quando substituído por outro ato de Outorga nos termos da legislação em vigor.

Em 30 de junho de 2010, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado.

14.1 A mutação das debêntures no período é a seguinte:

	Valor líquido em 31/03/2010	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Valor líquido em 30/06/2010
	<i>Ajustado</i>				<i>Ajustado</i>
Circulante					
Debêntures	36.848	3.776	(92)	99	40.631
	<u>36.848</u>	<u>3.776</u>	<u>(92)</u>	<u>99</u>	<u>40.631</u>
Não circulante					
Debêntures	32.325		92	(85)	32.332
	<u>32.325</u>	<u>-</u>	<u>92</u>	<u>(85)</u>	<u>32.332</u>

14.2 Vencimento das parcelas do não circulante

Ano	valor
2011	32.332
Total	<u>32.332</u>

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição dos empréstimos

Custo da dívida	30/06/2010			31/03/2010		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
	<i>Ajustado</i>			<i>Ajustado</i>		
Moeda nacional						
Ações recebíveis cumulativa			80.185			84.229
Banco da Amazônia	11,5% a.a	232	4.452	240	6.360	
BNDES	4,00% a.a. acima da TJLP	484	49.022	531	47.870	85.776
Leasing - Safra S.A.	CDI + 1,45% a.a.		52		69	
		<u>716</u>	<u>53.526</u>	<u>771</u>	<u>54.299</u>	<u>170.005</u>

BNDES

(i) Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R\$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002, e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantia, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R\$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002, com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantia, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

As operações estabelecem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) de nível de capitalização mínimo (patrimônio líquido pelo ativo total) e de recursos em caixa, ambas atendidas em 30 de junho de 2010.

Banco da Amazônia

(i) Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R\$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 14%a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados a alienação fiduciária de equipamentos da Usina UHE Lajeado e a fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$18.937.

Este contrato não possui cláusulas contratuais restritivas (*covenants*).

Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008 foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variações do CDI acrescidos de 1,45%a.a., o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011. O bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina.

15.2 Mutações dos empréstimos e financiamentos no trimestre é a seguinte:

	Valor líquido em 31/03/2010	Pagamentos do principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 30/06/2010
	<u>Ajustado</u>						<u>Ajustado</u>
Curto Prazo							
Empréstimos e Financiamentos	55.070	(13.471)	(3.184)	3.129	12.698		54.242
	<u>55.070</u>	<u>(13.471)</u>	<u>(3.184)</u>	<u>3.129</u>	<u>12.698</u>	<u>-</u>	<u>54.242</u>
Longo Prazo							
Empréstimos e Financiamentos	170.005	-	-	-	(12.698)	(4.044)	153.263
	<u>170.005</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.698)</u>	<u>(4.044)</u>	<u>153.263</u>

15.3 Vencimento das parcelas de curto e longo prazo (principal + encargos)

Circulante	
2010	28.708
2011	25.534
	<u>54.242</u>
Não circulante	
2011	28.976
2012	50.804
2013	3.995
2014	3.675
2015	3.381
2016	3.110
2017	2.861
2018	2.632
Após 2018	53.829
	<u>153.263</u>
Total	<u>207.505</u>

16 Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
	Ajustado		Ajustado	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	25	44		
Pesquisa e desenvolvimento	94	89	10	9
Taxa de fiscalização - ANEEL	1	1		
Total	120	134	10	9

16.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 23).

17 Uso do bem público – UBP – Direito de Outorga

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 12) no momento inicial do reconhecimento.

Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente à realização do pagamento.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita do projeto.

Segue abaixo movimentação do período:

	Circulante	Não circulante
	Ajustado	Ajustado
Principal		
Saldo em 31 de março de 2010	3.840	33.629
Ajuste a Valor Presente	635	
Amortizações	(948)	
Transferência para o circulante	(760)	760
Saldo em 30 de Junho de 2010	2.767	34.389

18 Obrigações estimadas com pessoal

	30/06/2010	31/03/2010
	Ajustado	Ajustado
Folha de Pagamento	627	826
INSS e FGTS	253	175
Total	880	1.001

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do período.

19 Provisões

	30/06/2010	31/03/2010
	Ajustado	Ajustado
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	1.664	1.372
Licenças ambientais	16.980	16.513
Total	18.644	17.885
Circulante	6.672	3.932
Não circulante	11.972	13.953
	18.644	17.885

19.1 Provisões Cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

19.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Instâncias	Passivo				Ativo		
	Saldo em 31/03/2010	Adições	Pagamen-tos	Reversões	Depósito Judicial		
					Saldo em 30/06/2010	31/03/2010	
	<i>Ajustado</i>			<i>Ajustado</i>			
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª 509	236	(209)	(16)	520	359	356
Cíveis - indenizações	1ª, 2ª, 3ª e Adm 863	431	(130)	(20)	1.144		
Total	<u>1.372</u>	<u>667</u>	<u>(339)</u>	<u>(36)</u>	<u>1.664</u>	<u>359</u>	<u>356</u>
Não circulante	1.372				1.664	359	356
Total	<u>1.372</u>				<u>1.664</u>	<u>359</u>	<u>356</u>

19.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

19.1.1.2 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível – indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 30 de junho de 2010 é de R\$12.435 (R\$12.314 em 31 de março de 2010) e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 11).

19.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas informações trimestrais, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito Judicial			
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
Trabalhistas	416	21	65	41
Cíveis	65.444	62.167	36	31
Total	<u>65.860</u>	<u>62.188</u>	<u>101</u>	<u>72</u>

As ações de natureza cível em sua grande maioria referem-se às ações descritas no item 19.1.1.2.

19.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações não há saldos de depósitos judiciais em 30 de junho de 2010 (R\$23 em 31 de março de 2010). (Nota 10)

19.2 Licenças Ambientais

Referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado com base no IGP-M.

20 Benefício pós-emprego

De acordo com a Lei nº 9656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed está enquadrado nesta legislação. Através de nossos atuários, a Companhia está avaliando os possíveis impactos. Ainda assim, numa análise preliminar, identificou-se que o risco não será material tendo em vista que: (i) enquadram-se neste modelo 81 funcionários com 153 dependentes ativos no plano de saúde, com idade média de 37 anos; (ii) o turnover da Companhia é baixo; e (iii) para o 1º semestre de 2011, será revisto o modelo atual de assistência médica, para adequar as demais Companhias do Grupo EDP, com a exclusão da cobrança da parcela fixa mensal para uma coparticipação em consultas e exames.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

A composição do capital social em 30 de junho de 2010 e em 31 de março de 2010 está demonstrada a seguir:

Acionistas	30/06/2010											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	737	4,52	1.031	20,00			133.320	16,95%
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	258	1,58	361	7,00			46.662	5,93%
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53%	35.947	4,57%
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	7.013	43,06	3.764	73,00			490.944	62,43%
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82%
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21%
Outros					205	1,26			71.253	66,47%	71.458	9,09%
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.288	100,00	5.156	100,00	107.200	100,00	786.406	100,00

31/03/2010

Em milhares de ações

Acionistas	Qtde de ações "ON"		Qtde de ações "PNR"		Qtde de ações "PNA"		Qtde de ações "PNB"		Qtde de ações "PNC"		Total	% Participação total
		% Participação		% Participação		% Participação		% Participação		% Participação		
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	737	4,52	1.031	20,00			133.320	16,95%
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	258	1,58	361	7,00			46.662	5,93%
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53%	35.947	4,57%
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	7.013	43,06	3.764	73,00			490.944	62,43%
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82%
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21%
Outros					205	1,26			71.253	66,47%	71.458	9,09%
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.288	100,00	5.156	100,00	107.200	100,00	786.406	100,00

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

21.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;

f) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e

g) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 29 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, no montante bruto de R\$37.000, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido conforme Deliberação CVM nº 207/96.

Em 7 de abril de 2010, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2009, que serão pagos no decorrer do exercício de 2010, sem ajuste aos titulares detentores das ações da Companhia na data de 31 de dezembro de 2009.

	<u>31/12/2009</u>
Lucro líquido apurado no exercício	99.367
Ajuste de exercícios anteriores	(4.271)
Lucro líquido ajustado	95.096
Constituição da reserva legal - 5%	(4.755)
	90.341
Destinação do lucro	
Dividendos	90.341
Dividendos intermediários - JSCP	37.000
Reserva de retenção de lucros	53.341
Quantidade de ações	786.406.270
Dividendos por ação - JSCP	0,047049
Dividendos por ação - JSCP ordinária	0,064078
Dividendos por ação - JSCP preferencial classe "A"	0,064078
Dividendos por ação - JSCP preferencial classe "B"	0,036691
Dividendos por ação - JSCP preferencial classe "C"	0,064078
Dividendos por ação - JSCP preferencial classe "R"	0,012230

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- a) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8ª alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- b) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia;
- c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

21.3 Reservas

21.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se basicamente à atualização monetária verificada entre o preço de subscrição da ação (Ágio na emissão de ações) até a sua efetiva integralização.

21.3.2 Reservas de lucros

	<u>30/06/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
Reserva legal	11.450	11.450
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	94.569	94.569
Total	106.019	106.019

A Reserva de Investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

21.4 Ações Preferenciais classe "C"

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, no montante de R\$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

22 Dividendos

	Passivo	
	<u>30/06/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
Lajeado Energia S.A.	18.430	18.035
EDP - Energias do Brasil S.A.	1.958	639
CEB Lajeado S.A.	4.985	4.985
Paulista Lajeado Energia S.A.	1.745	1.745
Campanhia Paranaense de Enerç	350	350
Furnas Centrais Elétricas S.A.	90	90
Acionistas Minoritários	6.469	3.463
	34.027	29.307

23 Receita operacional líquida

	Período de 6 meses findo em 30 de junho de			
	MWh (*)		R\$	
	2010	2009	2010	2009
Arrendamento			101.935	105.000
Suprimento de energia elétrica	20.973	20.784	2.318	2.332
Energia de curto prazo			123	158
Outras receitas operacionais			322	295
			<u>104.698</u>	<u>107.785</u>
(-) Deduções da receita				
Pesquisa e desenvolvimento			(25)	(24)
PIS/COFINS			(9.684)	(9.992)
			<u>(9.709)</u>	<u>(10.016)</u>
Total	<u>20.973</u>	<u>20.784</u>	<u>94.989</u>	<u>97.769</u>

(*) Não auditado

24 Gastos operacionais

	Período de 6 meses findo em 30 de junho de						
	2010					2009	
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Total	Total
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras		
					Ajustado	Ajustado	
Não gerenciáveis							
Energia de curto prazo - CCEE	23				23	11	
Encargo de uso e conexão	671				671	702	
PIS/COFINS	(64)				(64)	(65)	
Taxa de fiscalização					8	8	
Compensações financeiras					111	130	
	<u>630</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>119</u>	<u>786</u>	
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade <input type="checkbox"/> de previdência privada		2.366		2.383	4.749	4.118	
Material		200		111	311	341	
Serviços de terceiros		1.179		3.024	4.203	3.915	
Depreciação e Amortização		17.920		201	18.121	17.909	
Provisões para contingências					545	(474)	
Aluguéis e arrendamentos		16		162	178	368	
Outras		41	54	680	775	1.215	
	<u>-</u>	<u>21.722</u>	<u>54</u>	<u>6.561</u>	<u>545</u>	<u>27.392</u>	
Total	<u>630</u>	<u>21.722</u>	<u>54</u>	<u>6.561</u>	<u>664</u>	<u>28.178</u>	

25 Resultado financeiro

	Período de 6 meses findo em 30 de junho de	
	2010	2009
	Ajustado	Ajustado
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	393	823
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	13	16
Outras receitas financeiras	106	167
	<u>512</u>	<u>1.006</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(10.342)	(14.124)
Variações monetárias moeda nacional	(3.642)	(6.732)
Ajustes a valor presente	(1.771)	14.851
Outras despesas financeiras	(3.597)	(8.874)
	<u>(19.352)</u>	<u>(14.879)</u>
Total	<u>(18.840)</u>	<u>(13.873)</u>

26 Imposto de renda e contribuição social

	Período de 6 meses findo em 30 de junho de			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2010	2009	2010	2009
	<i>Ajustado</i>		<i>Ajustado</i>	
Lucro antes do IRPJ e CSLL	46.518	55.718	46.518	55.718
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(11.630)	(13.929)	(4.187)	(5.015)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(6)	(19)	(2)	(2)
Despesas Indedutíveis		(86)		(11)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	155	140	56	25
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	31			
Adicional IR	12	12		
Despesa de IRPJ e CSLL	(11.438)	(13.882)	(4.133)	(5.003)
Alíquota efetiva	25%	25%	9%	9%

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	30/06/2010
Usinas	255.000
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.500
Acidentes pessoais	2.269

28 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

28.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

28.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Partes relacionadas, Cauções e depósitos vinculados e Fornecedores. Para empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
			<u>Ajustado</u>	
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	38.038	24.989	38.038	24.989
Rendas a receber	16.989	16.989	16.989	16.989
Concessionárias	482	497	482	497
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	901	2.244	901	2.244
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	53.479	54.377	54.242	55.070
Debêntures	42.368	40.018	40.631	36.848
Encargos regulamentares e setoriais	120	134	120	134
Uso do bem público	2.767	3.840	2.767	3.840
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	151.109	167.865	153.263	170.005
Debêntures	33.714	35.106	32.332	32.325
Partes relacionadas	45.451	44.302	45.451	44.302
Encargos regulamentares e setoriais	10	9	10	9
Uso do bem público	34.389	33.629	34.389	33.629

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado.

	30/06/2010				31/03/2010			
	Empréstimo e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimo e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros				<u>Ajustado</u>				<u>Ajustado</u>
Caixa e equivalentes de caixa		38.038		38.038		24.989		24.989
Rendas a receber	16.989			16.989	16.989			16.989
Concessionárias	482			482	497			497
	<u>17.471</u>	<u>38.038</u>	<u>-</u>	<u>55.509</u>	<u>17.486</u>	<u>24.989</u>	<u>-</u>	<u>42.475</u>
Passivos financeiros								
Fornecedores	901	901	2.244	2.244				
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		207.505	225.075	225.075				
Debêntures	72.963	72.963	69.173	69.173				
Encargos regulamentares e setoriais	130	130	143	143				
Partes relacionadas	45.451	45.451	44.302	44.302				
Uso do bem público	37.156	37.156	37.469	37.469				
	<u>364.106</u>	<u>364.106</u>	<u>378.406</u>	<u>378.406</u>				

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
 - (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente
 - (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.
- A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

		Mensuração do valor justo	
		31/12/2010	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		38.038	38.038
		38.038	38.038

28.3

Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota 15, possuem como contraparte o BNDES, Banco da Amazônia, Banco Alfa, entre outros. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 30 de junho de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP, IGP-M e CDI.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP, IGP-M e CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infra-estrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

28.3.1

Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	2.618	3.235	3.838	1.987	1.341
Passivos financeiros						
Debêntures	IGP-M	4.845	6.040	7.228	3.644	1.511
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	9.025	11.208	13.364	6.814	4.573
Safrá Leasing	CDI	3	3	4	2	1
Valor de referência						
CDI - 11,25%						
TJLP - 6,0%						
IGP-M - 8,54%						

28.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 15. Até 30 de junho de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

30/06/2010					
Obrigações contratuais	Total	Vencíveis no curto prazo	Vencíveis de 2 a 4 anos	Vencíveis de 5 a 6 anos	Vencíveis acima de 6 anos
	<u>Ajustado</u>				
Debêntures	72.963	40.631	32.332		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	207.505	54.242	83.775	7.056	62.432
	<u>280.468</u>	<u>94.873</u>	<u>116.107</u>	<u>7.056</u>	<u>62.432</u>
31/03/2010					
Obrigações contratuais	Total	Vencíveis no curto prazo	Vencíveis de 2 a 4 anos	Vencíveis de 5 a 6 anos	Vencíveis acima de 6 anos
	<u>Ajustado</u>				
Debêntures	69.173	36.848	32.325		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	225.075	55.070	97.653	7.056	65.296
	<u>294.248</u>	<u>91.918</u>	<u>129.978</u>	<u>7.056</u>	<u>65.296</u>

28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental no 1º semestre de 2010 foram de R\$3.716, sendo R\$3.526, capitalizados no período, relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$190 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem.

30 Eventos subsequentes

Em 30 de novembro de 2010, apurou-se o monte de R\$2.086 referente ao registro dos créditos do PIS e da COFINS, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições.

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Investco S.A. ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, durante os anos de 2009 e 2010 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações foram adotadas pela Companhia na elaboração das Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010 e divulgadas na nota explicativa nº 3. As presentes Informações Trimestrais estão sendo reapresentadas e, portanto, diferem das originalmente divulgadas, que incluíram nosso relatório de revisão datado de 23 de julho de 2010. As Informações Trimestrais correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, refeitas e reapresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil com vigência para 2010.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6-S-TO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
DATA-BASE - 30/06/2010

01858-9

INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC SP-141128/O-2-S-TO